

AFROS & AMAZÔNICOS



MULHERES, ESPAÇOS E PODER: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO

Women, Spaces, and Power: A Historical Analysis of Gender Constructions

*Amanda Aparecida Montagil Silva**

*Lilian Maria Moser***

*Mara Genecy Centeno Nogueira****

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central analisar o papel da mulher na sociedade, questionando os lugares e espaços que foram historicamente designados e construídos para elas a partir de uma perspectiva masculina e patriarcal. Por meio de uma abordagem histórica, o trabalho explora as vivências, lutas e resistências das mulheres, com ênfase nas mulheres negras, que enfrentaram dupla marginalização em razão de seu gênero e raça. O estudo baseia-se em leituras bibliográficas que discutem a problemática das construções sociais, culturais e políticas que limitaram a atuação feminina, especialmente durante os séculos XIX e XX, período marcado por discursos pejorativos, machistas, etnocêntricos e eurocêntricos, enraizados no colonialismo e na colonialidade do poder. A análise destaca como essas estruturas opressoras categorizaram as mulheres, relegando-as a papéis subalternos e restringindo sua autonomia. As reflexões são embasadas em diálogos com autores fundamentais, como Ana Maria Colling, Maria Lugones, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Rachel Soihet, Marcia de Vargas e Sandro M. Wambier, cujas contribuições permitem compreender a complexidade das questões de gênero, raça e classe. O artigo propõe a desconstrução de padrões opressivos e preconceituosos, defendendo a necessidade de repensar o lugar da mulher na sociedade, de forma a garantir maior igualdade, representatividade e justiça social. Por fim, o trabalho reforça a importância de reconhecer e valorizar as diversas experiências femininas, especialmente as das mulheres negras e indígenas, cujas histórias foram sistematicamente silenciadas ou distorcidas pela historiografia tradicional.

Palavras-Chave: Mulher Negra; Gênero, Feminismo; Colonialidade do poder.

Introdução

(...) Pois a história é sempre escrita pelo poder ou por quem detém o poder, então nunca vai se escrever a história dela, estou cansada de saber que tudo que foi feito hoje, foi só pelo Homem, isso também acontece na história do negro, mas a história do negro já está sendo inserida tanto é que ele já aparece um pouco nos livros

* Mestranda do Programa de Mestrado em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Membro do Grupo de Pesquisa do Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia (CDEAMPRO).

** Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Líder do Grupo de Pesquisa do Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia (CDEAMPRO).

*** Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

de história, agora a mulher negra não entra. Se a branca não entra na história a negra nem se pensa e a índia nem se sonha que elas também estão presentes na história (...). (A.M.R.).

Iniciamos nosso trabalho com uma epígrafe poderosa, um depoimento de uma mulher negra ativista dos Movimentos Negros e da Mulher Negra em Porto Velho e no estado de Rondônia, que nos instiga a questionar: qual é o lugar da mulher? Essa indagação foi essencial para o desenvolvimento deste artigo, levando-nos a refletir sobre a mulher e os espaços que ela pode ocupar em diferentes formas.

Ao longo da história, constatamos que esses espaços e lugares não foram amplamente ocupados ou valorizados, devido a construções pejorativas e eurocêntricas, que se originaram de uma mentali-



dade fortemente influenciada pelo patriarcalismo. Essas ideias e crenças limitaram as oportunidades e possibilidades para as mulheres, criando barreiras para sua participação plena na sociedade.

Nesse contexto, nossa análise busca compreender como essas narrativas discriminatórias impactaram a vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, restringindo suas escolhas e autonomia. Buscaremos desafiar esses estereótipos, desconstruir preconceitos arraigados e promover uma visão mais inclusiva e igualitária dos papéis que as mulheres podem desempenhar em nossa sociedade.

Através deste artigo, esperamos trazer à luz as vozes e experiências das mulheres, destacando suas lutas e conquistas ao longo do tempo, para que possamos construir um futuro mais justo e respeitoso, no qual todos os seres humanos possam se desenvolver plenamente, independentemente de seu gênero, raça ou origem.

Ao longo da história, observamos que a mulher não tinha o poder de escolher seu lugar; esse lugar não existia de fato. As vozes femininas foram silenciadas, e sua posição foi decidida por outros que não compartilhavam da experiência feminina. O lugar da mulher tornou-se uma questão que, ao longo da trajetória historiográfica, foi determinada por terceiros, distante da própria mulher. Essa definição era muitas vezes influenciada por uma visão masculina que se pretendia universal e única, direcionando ações e histórias femininas, como menciona Colling:

A história das mulheres é uma história recente, porque desde o século XIX, quando a História se transforma em disciplina científica, o lugar da mulher dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Na década de 60, as mulheres quiseram contar a sua história, olharam para trás e viram que não tinham nenhuma. Não existiam, eram somente uma representação do olhar masculino. Os homens a contavam. (COLLING, 2004, p.31).

Em um período marcado pelo forte domínio da história positivista, que dire-

cionava seu foco principalmente para a história política e o âmbito público, Rachel Soihet (1997) expõe que, nos fins do século XIX, essa abordagem começou a perder força, deixando de ser tão predominante. Segundo suas palavras: “A história positivista, a partir de fins do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público”.

Nesse contexto, a escola dos Annales emergiu como uma corrente historiográfica que abriu novas possibilidades para a análise de diversas áreas da história, rompendo com a visão tradicional centrada apenas em aspectos políticos. Assim, a história das mulheres foi beneficiada pela abertura proporcionada pela escola dos Annales, permitindo que essa temática ganhasse visibilidade e fosse reconhecida como uma área legítima de estudo. Esse processo, no entanto, foi gradual e demandou esforços contínuos para que as vozes e experiências femininas fossem incluídas na historiografia de forma mais ampla e representativa.

É importante ressaltarmos que, neste trabalho, abordamos o tema da mulher de forma geral, mas com plena compreensão de que existem diferentes mulheres, cada uma com suas características e realidades únicas. Incluímos as mulheres negras, as mulheres indígenas, as mulheres brancas e outras mulheres, reconhecendo a diversidade de experiências e perspectivas dentro do gênero feminino.

O objetivo do artigo é fortalecer as discussões sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade, especialmente considerando como elas foram historicamente apresentadas na historiografia. Buscamos despertar uma nova abordagem e construção da história das mulheres, superando visões estereotipadas e opressivas, e dando espaço para suas vozes e contribuições serem devidamente valorizadas.

No entanto, é importante ressaltar que essa reflexão não se limita apenas às mulheres, mas deve envolver toda a so-



cidade. Reconhecemos que a busca pela igualdade de gênero e pela valorização das mulheres é uma tarefa que envolve todos os indivíduos, independentemente de seu gênero. É fundamental que todos contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e oportunidades.

Assim, ao fortalecer as discussões sobre a mulher na sociedade, esperamos também conscientizar a sociedade como um todo sobre a importância de promover a equidade de gênero e o respeito à diversidade, garantindo que todas as mulheres tenham seu espaço, voz e protagonismo reconhecidos e valorizados na construção da história e da cultura.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes distintas. Na primeira, abordaremos “A mulher e seus espaços: o feminismo”, com o objetivo de argumentar sobre alguns espaços que foram pré-estabelecidos para as mulheres e a emergência do feminismo como um meio de libertação. Embora não adentremos em detalhes minuciosos sobre cada etapa do feminismo na Europa e no Brasil, buscaremos abordar esses pontos de maneira geral.

Na segunda parte do artigo, concentraremos nossa atenção na mulher negra, considerando que, em um contexto de patriarcado, ela sempre esteve em situação de desigualdade em relação às mulheres brancas. Nesse contexto, também exploraremos questões relacionadas à modernidade, bem como os conceitos de colonialismo e colonialidade do poder.

Para desenvolver essa abordagem, faremos uso das contribuições de diversos autores e autoras, como Ana Maria Colling (2004), Maria Lugones, Heleieth Iara Bongiовani Saffioti, Rachel Soihet, Marcia de Vargas e Sandro M. Wambier. Suas obras e reflexões nos auxiliaram nas leituras e discussões, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e ampla das questões relacionadas ao gênero, à mulher, à história, à cultura, ao feminismo, à

colonialidade do poder, à representatividade e outros temas pertinentes à disciplina realizada.

A mulher e seus espaços e o feminismo

Quando nos referimos à mulher ou às mulheres em relação às atividades que exercem ou não, automaticamente surge a imagem da mulher dona do lar ou vinculada aos serviços domésticos, como aquela que lava, passa e cozinha. Ela é retratada como a mulher-mãe, aquela que cuida da casa e dos filhos, sempre disponível para atender às necessidades do marido. Essa visão limita a mulher a um mundo restrito ao espaço privado, um espaço que não foi criado por ela, mas sim por outros. É um espaço delimitado onde a mulher não tinha liberdade para falar e expressar suas opiniões, conforme indicado por Colling:

A mulher foi construída com uma natureza – “a natureza feminina”. Ao delimitar o espaço privado e doméstico, a função de esposa e mãe como única alternativa digna e possível ao feminino, enclausurase a mulher no lar, sem acesso à palavra (a palavra pública, do poder) e cria-se a representação de “anjo e rainha do lar”, figura e lugar santificado que a mulher interpretou como uma homenagem do homem a sua companheira. (COLLING, 2004, p. 31).

Essa construção social e cultural restringiu a participação da mulher em esferas públicas, privando-a de espaço para expressar sua voz e opiniões. Ao longo da história, essa concepção estereotipada e limitadora moldou a visão da sociedade sobre o papel e lugar da mulher, perpetuando desigualdades de gênero. Ao abordar esse tema, torna-se importante desafiar esses estereótipos, promover a igualdade de gênero e garantir que as mulheres tenham voz ativa e acesso às esferas de poder e decisão.

A mulher enfrentava diversos impedimentos que ditavam o que ela deveria fazer e em que papel deveria se encaixar. Muitas vezes, as mulheres eram relegadas ao espaço privado devido à crença em sua suposta “incapacidade”, o que as



tornava vistas como não aptas para exercer atividades no espaço público. Eram tratadas como seres frágeis e inseguros, em contraste com os homens, que eram considerados seguros e capazes de tomar decisões e deter o poder da palavra. Esse cenário deu origem a um contexto em que os homens detinham o poder de definir a identidade das mulheres, estabelecendo limites para sua feminilidade.

Conforme Colling (2004) coloca: “Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade”. Essa demarcação criava uma divisão rígida entre os espaços de atuação dos gêneros, onde as mulheres ficavam restritas ao lar, enquanto os homens ocupavam o espaço público.

As mulheres que desafiavam esses limites impostos eram frequentemente rotuladas como problemáticas e consideradas doentes mentalmente. Aquelas que se recusavam a cumprir o papel de esposa e mãe exemplar eram ameaçadas com essas acusações, visando normatizar e controlar seu comportamento.

É importante refletir sobre como a sociedade atual está profundamente entrelaçada com o sistema capitalista, no qual a mulher também está inserida e faz parte. Nesse contexto, as classes sociais e as sociedades competitivas têm um papel significativo, e tanto as mulheres quanto as crianças sempre estiveram presentes no trabalho para contribuir com a renda familiar, buscando uma participação econômica ativa. Saffioti (1976, p. 17) argumenta que: “(...) Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (...)”.

Contudo, a questão de gênero tem sido um fator latente no âmbito da produção capitalista, resultando em visões que consideram a mulher como um ser incapaz. Infelizmente, a sociedade muitas vezes associa deficiências físicas e mentais

à categoria feminina, o que acaba por reforçar percepções de imperfeição nas dinâmicas competitivas das sociedades (SAFFIOTI, 1976).

Esses termos, entendimentos e dificuldades impostas às mulheres têm sido barreiras que as impedem de avançar plenamente. O sexismo e os estereótipos de gênero têm desempenhado um papel negativo, prejudicando a igualdade de oportunidades e limitando o potencial das mulheres no âmbito econômico e em outros aspectos da vida.

Os anos 1960 e 1970 foram marcados por importantes lutas do feminismo tanto na Europa como posteriormente no Brasil. O feminismo emergiu como um marco significativo na história das mulheres, com suas reivindicações diante de um sistema que foi influenciado pelo colonialismo, patriarcalismo e o capitalismo. Schwebel (2009, p. 144) destaca que: “(...) A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres”. Ademais, sobre o feminismo, Pinto infere que:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2009, p. 16).

Os anos 1960 e 1970 foram marcados por vários acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Os movimentos feministas também ganharam destaque e se manifestaram em contextos diversos, ocorrendo em diferentes partes do mundo. Essa emergência do feminismo começou a chamar a atenção da sociedade e, ainda que em pequenas doses no início e em algumas localidades, estava se estabelecendo como um tema relevante na história das mulheres, inclusive no Brasil.

Nesse contexto, os movimentos feministas assumiram características próprias,



desdobramentos e processos distintos, como enfatiza Pinto (2009). Cada movimento feminista foi influenciado por suas realidades sociais, culturais e políticas específicas, moldando sua trajetória e abordagem de acordo com o contexto local em que se desenvolveu.

Os movimentos feministas representaram uma poderosa forma das mulheres expressarem quais são os lugares que desejam ocupar e reivindicaram a sua posição na sociedade. Eles possibilitaram questionar os papéis que lhes foram designados ao longo da história, bem como as limitações impostas por normas e convenções sociais. Nesse contexto, a busca pela liberdade foi uma característica fundamental desse processo, permitindo que as mulheres se manifestassem e apontassem o que não estava adequado na sociedade.

Cabe-nos destacar que esses movimentos foram marcados pela coragem e determinação das mulheres em lutar por seus direitos, rompendo com estereótipos e reivindicando a igualdade de oportunidades em diversas esferas da vida. Ao fazerem isso, elas desafiaram as estruturas patriarcais e abriram caminho para uma maior autonomia e empoderamento feminino. Essa luta contínua pelo reconhecimento e valorização das mulheres na sociedade tem sido uma força transformadora, contribuindo para mudanças significativas em termos de direitos e representação. Os movimentos feministas têm inspirado gerações de mulheres a se posicionarem e a lutarem por um mundo mais igualitário e inclusivo.

O empoderamento da mulher

No século XIX e início do século XX, o termo “empoderamento” não era amplamente utilizado e nem mesmo considerado para designar a autonomia, consciência e controle que uma mulher poderia ter sobre sua própria vida e situações. Naquela época, essa palavra não fazia parte do vocabulário comum e não estava inserida na sociedade, especialmente com a definição e abordagem que conhecemos atualmen-

te. As mulheres lutavam por suas vozes e direitos, mas a ideia de empoderamento como a entendemos hoje não era uma expressão comumente utilizada.

As questões relacionadas à igualdade de gênero, movimentos feministas e outros debates sobre os direitos das mulheres eram pautas contraditórias e muitas vezes marginalizadas nesse contexto histórico. As discussões sobre gênero e o empoderamento feminino como conceitos bem definidos só começaram a se fortalecer e serem mais expostos no final do século XX, especialmente nos anos de 1970.

Foi nesse período que diferentes visões sobre as questões de gênero e a luta das mulheres ganharam maior destaque e estavam em processo de construção e fortificação. À medida que o movimento feminista ganhava força e as discussões sobre a igualdade de gênero avançavam, a ideia de empoderamento feminino foi tomando forma e ganhando espaço nas conversas e análises sobre os direitos das mulheres.

Essa indagação nos permite buscar compreender o conceito de empoderamento que esteve (a partir de um momento da história), e permanece presente na trajetória da história das mulheres e nos movimentos feministas. Possivelmente, podem ter percebido que faltava algo a mais para complementar e somar com suas lutas e movimentos. Algo que pudessem contribuir na definição em suas histórias. De acordo com a feminista Ana Alice Alcântara Costa¹, o conceito de empoderamento possui um perfil de autonomia da pessoa ou comunidade que a utiliza, como apresenta a mesma:

O empoderamento é um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. (COSTA, [s.d.], p. 7).²

1. Era docente no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Fundou o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)

2. Disponível em: <http://www.reprolatina.institucional.ws>.



Nesse caso, o empoderamento da mulher se posiciona de forma oposta ao sistema do patriarcado. Uma visão que propõe autonomia própria dela, e a outra que impõe a autonomia do outro, nesse sentido, do homem. Podemos dizer que as inquietações de muitas mulheres, os movimentos feministas sobre os discursos machistas e um sistema liderado por homens, fizeram irem de encontro com a questão do empoderamento. A liberdade de ir e vir não está voltada somente para cidadãos como um todo, mas, sim, também para as mulheres.

A Cartilha de Empoderamento das Mulheres da ONU (2017)³ estabelece princípios que visam promover a igualdade de gênero no âmbito empresarial, buscando empoderar as mulheres em diversas áreas de atuação. Esses princípios buscam destacar e fortalecer a presença das mulheres em diferentes funções em comparação aos homens, reforçando a importância para as empresas de incorporarem características e práticas que atendam a esse contexto de questões de gênero e empoderamento feminino. Nesse sentido, a ONU Mulheres (2017, p. 3) apresenta sete considerações relevantes que giram em torno das seguintes:

- 1) Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero;
- 2) Igualdade de oportunidade, inclusão e não discriminação;
- 3) Saúde, segurança e fim da violência;
- 4) Educação e formação;
- 5) Desenvolvimento empresarial e práticas da cadeia de fornecedores e de marketing;
- 6) Liderança comunitária e envolvimento;
- 7) Transparência, mediação e relatórios.

3. Publicação foi desenvolvida em conjunto com ONU Mulheres Brasil e Rede Brasil do Pacto Global que determina sete princípios fundamentais que incidem no empoderamento da mulher.

Essas considerações têm como objetivo promover a igualdade de gênero e enfatizar o papel da mulher não apenas no âmbito empresarial, mas também em outras áreas ocupadas tanto por homens como por mulheres. Como mencionado anteriormente e como será aprofundado no próximo tema sobre as mulheres negras, a historiografia relegou as mulheres a uma posição em que não eram reconhecidas como cidadãs com direitos de ir e vir e de tomar decisões, assim como os homens.

Ao longo da história, o contexto em que as mulheres estavam inseridas não lhes ofereceu opções variadas para escolher seus próprios caminhos. Suas trajetórias já haviam sido traçadas, restando-lhes apenas seguir o que havia sido planejado e determinado, independentemente de estarem de acordo ou não com essas imposições.

As conquistas das possibilidades para as mulheres ao longo da história são notáveis. Elas obtiveram o direito de estudar, de se formar em uma profissão, de votar, de participar da política, de se tornar líderes, de optar por não se casar ou ter filhos, e também o direito fundamental de ir e vir.

Os princípios destacados estão em consonância com o contexto em que as mulheres têm acesso a espaços que são essenciais e que devem ser garantidos a elas. Afinal, as mulheres são um grupo fundamental para a sociedade como um todo. Sua contribuição é significativa em questões sociais, políticas, econômicas e culturais, sendo uma peça-chave para o bom andamento da sociedade.

Destacamos que a ONU apresenta princípios norteadores que visam sustentar essa importância das mulheres na sociedade, promovendo respeito, segurança, profissionalismo e igualdade. No entanto, é importante ressaltar que o empoderamento das mulheres vai além de apenas ocupar diversos espaços na sociedade para gerar desenvolvimento, capital e riqueza. É necessário que haja um entrelaçamento



entre a atuação das mulheres e suas vidas, para que o verdadeiro sentido do empoderamento seja efetivamente alcançado.

A mulher negra: a colonialidade do poder

No século XVI, o processo colonizador nas Américas, denominado como período pré-colonial e colonial, teve um impacto significativo na estrutura social das populações indígenas e africanas, consolidando o que é conhecido como colonialidade. Esse legado de colonialidade foi incorporado nas colônias, incluindo a formação do Brasil como o país que conhecemos hoje. Ao longo dos anos, essa construção foi desenvolvida progressivamente, passando por diferentes fases econômicas, e a população africana, considerada inferior devido à sua cor, foi destinada a trabalhos subalternos e subjugada à escravidão.

As dimensões econômicas e políticas estão intrinsecamente entrelaçadas com a questão social de um país, e a mulher negra está inserida nesse contexto. A construção de mentalidades em torno da população negra, ao longo da história, ocupou tanto espaço que muitos discursos foram erigidos e aceitos como verdades. O resultado foi a instauração e fortificação do racismo, que continua presente até os dias atuais.

Neste ponto do trabalho, dedicamo-nos a abordar a situação da mulher negra, pensando naquelas que foram prejudicadas e marginalizadas ao longo dos séculos pela história. Infelizmente, ainda é evidente a discriminação que as mulheres negras enfrentam em diferentes esferas da sociedade. Embora a concepção de tratamento discriminatório possa ser notada em várias realidades, é importante enfatizar a discriminação histórica e o racismo estrutural que afetam particularmente as mulheres negras.

Quando mencionamos mulheres negras, é comum que nossa mente seja automaticamente influenciada pela narrativa construída pela historiografia. Essa visão distorcida foi moldada sob a perspectiva do eurocentrismo e do etnocentrismo, que sempre buscaram ser considerados como

a única verdade, a única visão correta que deveria prevalecer. No contexto da escravidão nas colônias, as mulheres negras foram estereotipadas como amas de leite para as famílias brancas e empregadas domésticas submissas a patrões brancos, vivendo uma realidade social totalmente diferente. Essa realidade persiste e é perpetuada por uma mentalidade branca e discriminatória.

As mulheres negras no período da escravidão passaram por muitos momentos difíceis e cruéis, estando inseridas em um processo que estavam totalmente desassistidas, como afirmam Vargas e Wambier:

Ser mulher e negra numa sociedade escravista era muito difícil. Elas estavam à mercê de todo tipo de violência; tiveram que enfrentar a crueldade da escravidão, o governo, a opressão dos homens, não só dos seus senhores, mas também de companheiros violentos ou mesmo homens que viam nelas uma forma de atingir seus objetivos (usando o trabalho das mulheres negras para comprar sua liberdade, para sustentá-los, entre outros) e não mediam esforços para alcançá-los. (VARGAS; WAMBIER, 2016, p. 5).

Dentro desse contexto, as mulheres negras têm sido inseridas em categorias criadas pela modernidade e pelo capitalismo, sistemas que tendem a categorizar e rotular o que não se limita a eles. Isso nos leva a refletir sobre as palavras de Lugones (2014, p. 935), que apontam que "(...) A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis (...)".

No entanto, enxergar as mulheres negras, assim como os negros e as mulheres indígenas, requer ir além dessas construções de categorias. É necessário transcender as caixas pré-definidas pela colonização, pelo eurocentrismo e pela colonialidade. Conforme Lugones (2014, p. 935), "(...) ver as mulheres não brancas é ir além da lógica categorial".

Essa reflexão nos chama a reconhecer a complexidade e riqueza da diversidade humana, superando as limitações impostas por sistemas de classificação que



não conseguem abarcar a totalidade das experiências e identidades individuais.

A colonização de diferentes culturas e continentes resultou na destruição de diversas realidades culturais, onde a cultura europeia procurou impor-se como um padrão a ser seguido. As consequências do período colonial nas Américas, Ásia e África foram profundas e deixaram como herança a desigualdade social, o racismo e o preconceito. Para enfrentar esse sistema, surge o conceito de decolonialidade.

Em oposição ao colonialismo, à modernidade e ao capitalismo, a decolonialidade representa uma abordagem para reestruturar as culturas massacradas e dar voz aos povos que foram considerados escravos e tiveram suas vivências subjugadas durante o processo de colonização, muitas vezes sendo rotulados como inferiores.

A decolonialidade busca resgatar e valorizar as tradições e saberes das culturas dominadas, rompendo com a noção de superioridade de uma cultura sobre as outras. É um movimento de libertação intelectual e social, permitindo que os povos colonizados reafirmem suas identidades e sejam protagonistas de suas próprias narrativas, superando as marcas deixadas pelo colonialismo e buscando construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A compreensão do termo mulher na concepção de Lugones advém justamente das categorias estabelecidas pela modernidade. Dessa forma, o termo está sendo referido para as mulheres brancas e burguesas. De acordo com a referida pesquisadora:

Isto implica que o termo “mulher” em si, sem especificação da fusão, não tem significado ou tem um significado racista, uma vez que a lógica categórica selecionou historicamente apenas o grupo dominante, as mulheres burguesas brancas que a colonialidade do gênero implica. (LUGONES, 2008, p. 82).

Ir além da lógica categorial é abranger a visão das outras mulheres, como as

mulheres negras conforme mencionado por Lugones. A historiografia nos apresentou uma visão introdutória do eurocentrismo, que ainda se mantém enraizada na sociedade. O ocidente é considerado um modelo único nas questões políticas, sociais e econômicas, e assim, é considerado o melhor, buscando eliminar tudo o que é considerado diferente. Conforme Lugones destaca, a modernidade em conjunto com a visão ocidental fortalece a ideia da existência de categorias, mas que essas questões são inseparáveis. Gênero, raça e classe não podem ser tratados isoladamente. Essa reflexão é compartilhada por Lugones (2014), Santos (2019), Fachinetto (2019) e Silva (2019).

O sistema e a modernidade com sua organização baseado na ideia de caixas gerou consequências para as mulheres negras que foi muito difícil desprender, logo que os discursos dos séculos XIX e anteriores foram muito penetrantes na sociedade. No contexto da escravidão, após o processo de “libertação” (nesse caso, libertação de um sistema, mas que na realidade já havia outro sendo imposto), a realidade das mulheres negras no trabalho não apresentou modificações, como destaca Vargas e Wambier:

Mesmo depois de libertas, as mulheres negras continuaram ocupando predominantemente o serviço doméstico, porque devido à escravidão, não tiveram outras oportunidades e acabaram seguindo o mesmo ramo de trabalho que realizavam quando escravas. (VARGAS; WAMBIER, 2016, p. 6).

Ainda hoje, na sociedade, observamos uma forte interligação dos trabalhos desempenhados pelas mulheres negras, muitos dos quais se assemelham ao sistema escravista, embora sejam remunerados. Essas mulheres frequentemente ocupam posições ligadas aos serviços domésticos, como empregadas domésticas e babás, evidenciando a continuidade da opressão mesmo sob o capitalismo. Conforme apontam Vargas e Wambier (2016, p. 6): “(...) embora esse trabalho fosse re-



munerado, não eram suficientes para garantir todas as suas necessidades (...).”.

Essas formas de trabalho remetem à história da escravidão, um sistema que contribuiu para a consolidação do capitalismo por meio da compra e venda de pessoas negras, que foram exploradas como mão de obra escrava sem renda no Brasil. Essa realidade deixou profundas marcas na história dos negros e negras, especialmente das mulheres negras. Infelizmente, ao falarmos da história das mulheres, frequentemente as primeiras imagens que nos vêm à mente são das mulheres brancas, como já mencionamos anteriormente. No entanto, é importante destacar que as mulheres negras também tiveram um papel significativo na história do Brasil.

Ao longo do século XIX, as mulheres negras enfrentaram diversas situações desafiadoras, especialmente considerando a sociedade patriarcal em que estavam inseridas. Desde os anos de escravidão, elas foram submetidas a diversas formas de abuso e exploração, o que tornou a trajetória das mulheres negras no Brasil marcada por desafios e enfrentamentos contínuos. Sobre tal assertiva, Maria Odília Dias infere que,

Para as mulheres de origem africana que viveram como escravas nas grandes propriedades rurais do Brasil, sobreviver já era uma vitória. Distantes de suas redes familiares originais, elas constituíam minoria no plantel de escravos, majoritariamente masculino. No Brasil, vistas mais como mercadoria do que como seres humanos, essas mulheres foram obrigadas a trabalhar e sobreviver em condições extremamente precárias, que incluíam se submeter a constantes maus – tratos, além da violência inerente ao sistema escravista. (DIAS, 2012, p. 360).

Inicialmente, a escravidão e posteriormente o racismo se estabeleceram profundamente na mentalidade de muitas pessoas, sendo aceitos como verdades. A cor branca, ao longo dos séculos passados da história, foi sempre exaltada, associada às classes dominantes e burguesas, considerada superior e positiva, enquanto a cor

negra foi estigmatizada, associada ao que seria negativo e inferior. Essa mentalidade foi construída ao longo do tempo e perdura até os dias atuais.

No entanto, os movimentos feministas negros, que surgiram no final do século XIX, desempenharam um papel significativo na desconstrução dessas ideias racistas e preconceituosas. Ao longo dos séculos, especialmente nos séculos XIX e XX, à medida que as mulheres buscavam conquistar o direito de serem donas de suas próprias histórias, as mulheres negras começaram a ganhar mais visibilidade em diferentes esferas da sociedade, uma conquista que era impensável diante de uma sociedade predominantemente patriarcal e masculina. Sobre isso, Bebel Nepomuceno (2012) salienta que:

Nas muitas décadas que nos separam da virada do século XIX para o século XX, mulheres de boa parte do mundo, e em particular no Brasil, alcançaram voos de dimensões então inimagináveis. Embora ainda não se possa dizer que as mulheres tenham obtido igualdade com os homens em todos os aspectos, há o que comemorar. Saíram do lugar subalterno que lhes era reservado para ocuparem posições significativas no mundo do trabalho e atuar em profissões antes tidas como exclusivamente masculinas. (NEPOMUCENO, 2012, p. 383),

As mulheres, especialmente as brancas, têm gradualmente buscado e ocupado espaços na sociedade, embora ainda não na mesma proporção que os homens. Suas conquistas constituem uma realidade diferente da vivida pelas mulheres negras. A mulher negra, inserida em uma sociedade patriarcalista ao longo de séculos, foi negligenciada pelo conceito tradicional de “Mulher”, que historicamente tem sido associado às mulheres de pele branca. Como resultado, as mulheres negras não tiveram as mesmas oportunidades para ocupar espaços e conquistar avanços em suas trajetórias históricas, em comparação com as mulheres brancas. Essa desigualdade é fruto de um contexto de discriminação racial e de opressões interseccionais que permeiam a história das mulheres negras.



A luta por igualdade e justiça para as mulheres negras é, portanto, um desafio contínuo para alcançar um futuro mais inclusivo e igualitário para todas as mulheres.

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até início do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente privado, reservado as bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer a frente dos desafios do cotidiano. (NEPOMUCENO, 2012, p. 383).

As mulheres negras, enfrentando um sistema repleto de discriminação, encontraram em si mesmas os meios para sobreviver. Com realidades diversas, mas unidas em sua determinação, buscaram se fazer presentes no espaço público. Diante de desafios e barreiras impostas pela sociedade, elas foram resilientes e encontraram formas de resistência, contribuindo para uma maior representatividade e visibilidade no cenário social. A resiliência e a perseverança dessas mulheres têm sido fundamentais para avançar na luta contra a discriminação e buscar a igualdade de oportunidades para todas as mulheres, independentemente de sua raça ou origem.

Muitas delas viviam em lares sem presença masculinas, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônios, formar núcleos familiares estáveis criar redes de solidariedade e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público. (NEPOMUCENO, 2012, p. 383).

Não é difícil compreender que as mulheres negras, com sua história diferente das mulheres brancas da elite, tiveram que exercer um esforço maior para serem notadas como pessoas, como mulheres em meio à sociedade. E esse caminho traçado por elas foi sendo construído advindo de uma força de dar o seu melhor a si mesmas e com o que tinham no momento.

Essa, já é uma característica de seu papel na sociedade, uma forma de representatividade que elas vinham estabelecendo e construindo ao perceber que não tinham uma história construída e contada por elas.

É compreensível que as mulheres negras, com uma história distinta das mulheres brancas pertencentes à elite, enfrentaram desafios maiores para serem reconhecidas como indivíduos e mulheres na sociedade. O caminho percorrido por elas foi construído com base em uma força interior que as impulsionou a darem o melhor de si mesmas, utilizando os recursos disponíveis no momento. Essa determinação é uma característica marcante de seu papel na sociedade, uma forma de representatividade que elas estabeleceram ao perceber que suas histórias não haviam sido construídas e contadas por elas mesmas.

Esse processo de construção de identidade e representatividade foi uma maneira essencial pela qual as mulheres negras encontraram uma voz e buscaram redefinir seu lugar na sociedade. Enfrentando as limitações impostas pelo sistema discriminatório, elas resistiram e persistiram, contribuindo para a valorização de suas experiências únicas e para o empoderamento de outras mulheres negras. Essa busca por reconhecimento e inclusão é um testemunho de sua resiliência e luta contínua por justiça e igualdade.

Considerações finais

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de fortalecer as discussões e reflexões sobre o papel da mulher na sociedade, especialmente destacando a mulher negra. Por muitos anos, as mulheres foram impedidas de ocupar espaços além do âmbito doméstico e familiar, sendo relegadas ao segundo plano diante da intensa presença masculina nos espaços públicos. No entanto, os movimentos feministas em todo o mundo possibilitaram que as vozes das mulheres fossem mais ouvidas, apesar das dificuldades enfrentadas.



É importante ressaltar que este trabalho aborda a mulher de forma geral, compreendendo que há diferentes tipos de mulheres com suas características, identidades e vivências, incluindo as mulheres negras, indígenas, brancas, mulheres trans e outras, que também foram historicamente excluídas da história e da historiografia.

Essas mulheres, quando mencionadas, foram retratadas de forma errônea, pois faziam parte de um contexto político, econômico e social opressor. As mulheres negras foram tratadas como objetos durante o período da escravidão, marginalizadas nas periferias e nos espaços privados, muitas vezes sendo respeitadas apenas quando acompanhadas por um homem.

As mulheres indígenas também foram alvo de preconceitos e estereótipos, retratadas como pobres e preguiçosas, enfrentando conflitos por suas terras em meio ao avanço do capitalismo. Por outro lado, as mulheres brancas, embora tenham enfrentado grandes desafios e preconceitos, muitas vezes tiveram mais destaque social, especialmente aquelas ligadas à burguesia e às grandes cidades, detendo um status econômico considerável.

O que nos desperta a reflexão neste trabalho é compreender que o lugar da mulher, de todas as mulheres, deve ser onde elas desejam estar, onde escolhem estar, e não deve ser definido por uma visão machista e patriarcal imposta por um sistema opressor. A história é um processo contínuo de construção e desconstrução, e precisamos questionar e eliminar as bases do colonialismo, do capitalismo, do patriarcalismo e do positivismo que defendem uma única perspectiva de história e de vida.

Avançar nas categorias estabelecidas é fundamental, indo além das construções limitadas e discriminatórias para garantir a verdadeira inclusão e igualdade para todas as mulheres, considerando suas experiências e identidades únicas. É uma jornada de empoderamento e reconhecimento das vozes femininas, buscando romper com as estruturas opressoras e abrir caminho para

uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

Referências

COLLING, Ana Maria. **Gênero e História: Um diálogo possível?** *Contexto e Educação*. Editora UNIJUÍ, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Disponível em: <http://www.reprolatina.institucional.ws>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DIAS, Maria Odila. **Resistir e sobreviver**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. **Movimentos feministas**. In: HIRATA, Helena et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito ou realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 384 p.

SANTOS, Jennifer dos S.; FACHINETTO, Rochele R. F.; SILVA, Rosimere (org.).



Descolonizar: a prática e o sexo. Porto Alegre: Cirkula, 2019. 311 p.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VARGAS, Marcia de; WAMBIER, Sandro M. **A história das mulheres negras no Brasil: no enfrentamento da discriminação e violência.** In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** Versão Online. Cadernos PDE, v. II. Secretaria de Educação. Governo do Estado do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 4 jul. 2023.

-----//-----

Abstract: This article aims to analyse the role of women in society, questioning the places and spaces historically assigned to them from a male and patriarchal perspective. Through a historical approach, the study explores the experiences, struggles, and resistance of women, with a particular focus on Black women, who faced double marginalization due to their gender and race. The research is based on bibliographic readings that discuss the social, cultural, and political constructions that limited female agency, especially during the 19th and 20th centuries, a period marked by pejorative, sexist, ethnocentric, and Eurocentric discourses rooted in colonialism and the colonality of power. The analysis highlights how these oppressive structures categorized women, relegating them to subordinate roles and restricting their autonomy. The reflections are grounded in dialogues with key authors such as Ana Maria Colling, Maria Lugones, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Rachel Soihet, Marcia de Vargas, and Sandro M. Wambier, whose contributions allow for an understanding of the complexity of issues related to gender, race, and class. The article proposes the deconstruction of oppressive and prejudiced patterns, advocating for the need to rethink the place of women in society to ensure greater equality, representation, and social justice. Finally, the work emphasizes the importance of recognizing and valuing the diverse experiences of women, especially Black and Indigenous women, whose histories have been systematically silenced or distorted by traditional historiography.

Keywords: Black Women; Gender; Feminism; Coloniality of Power.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo central analizar el papel de la mujer en la sociedad, cues-

tionando los lugares y espacios que históricamente le han sido asignados desde una perspectiva masculina y patriarcal. A través de un enfoque histórico, el trabajo explora las vivencias, luchas y resistencias de las mujeres, con énfasis en las mujeres negras, quienes enfrentaron una doble marginalización debido a su género y raza. El estudio se basa en lecturas bibliográficas que discuten las construcciones sociales, culturales y políticas que limitaron la actuación femenina, especialmente durante los siglos XIX y XX, período marcado por discursos peyorativos, machistas, etnocéntricos y eurocéntricos, arraigados en el colonialismo y la colonialidad del poder. El análisis destaca cómo estas estructuras opresivas categorizaron a las mujeres, relegándolas a roles subalternos y restringiendo su autonomía. Las reflexiones se fundamentan en diálogos con autores clave, como Ana Maria Colling, Maria Lugones, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Rachel Soihet, Marcia de Vargas y Sandro M. Wambier, cuyas contribuciones permiten comprender la complejidad de las cuestiones de género, raza y clase. El artículo propone la deconstrucción de patrones opresivos y prejuiciosos, defendiendo la necesidad de repensar el lugar de la mujer en la sociedad para garantizar mayor igualdad, representatividad y justicia social. Finalmente, el trabajo refuerza la importancia de reconocer y valorar las diversas experiencias femeninas, especialmente las de las mujeres negras e indígenas, cuyas historias han sido sistemáticamente silenciadas o distorsionadas por la historiografía tradicional.

Palabras clave: Mujer Negra; Género; Feminismo; Colonialidad del Poder.

Submetido em 31 julho 2023.

Aceito em 25 de setembro de 2023.